

COLETIVOS, SOCIEDADE E POLÍTICA: RESULTADOS DE UMA PESQUISA INTERNACIONAL

Collectives, society and politics: findings of an international research project

Luiz Inácio Gaiger
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS,
Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 27/08/2024

Aceito em 04/05/2025

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n265.p343-378>

Copyright (c) 2025 Luiz Inácio Gaiger.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

GAIGER, Luiz Inácio. Coletivos, sociedade e política: resultados de uma pesquisa internacional. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 50, n. 265, p. 343-378, maio/ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n265.p343-378>

Resumo

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa internacional sobre os coletivos de ação, designação crescentemente adotada por ativistas com respeito às organizações que levam à frente e com as quais, em certa medida, demarcam-se de formas anteriores de mobilização social. Tanto essa designação quanto o estilo de ativismo em voga são objeto de estudos acadêmicos recentes, a partir dos quais se pretende salientar algumas singularidades dos coletivos. A seguir, examinam-se os focos e estilos de engajamento dos coletivos em questões de interesse comum e em itens relevantes da agenda pública. Doze focos de atuação são destacados, ao lado de exemplificações e considerações gerais sobre a atuação sociopolítica dos coletivos. A análise apoia-se em explorações de bases de dados de amplitude internacional e em pesquisas de campo, por meio de análise documental, visitas diretas e entrevistas, em coletivos situados em vários países. Conclui-se que, localmente, os coletivos inovam, produzem bens e prestam serviços atinentes à vida dos seus integrantes e de pessoas de seu entorno, via práticas de autogestão comunal, democracia e igualdade; globalmente, impulsionam engajamentos sociopolíticos, apoiando movimentos de contestação, oposição e construção alternativa à ordem vigente. Ademais, seus protagonistas valorizam a experiência pessoal de engajamento e a coerência entre seu modo de vida e as pautas que defendem para a sociedade. Desses pontos de vista, dentre outros, os coletivos são vetores de um novo estilo de ativismo.

Palavras-chave: coletivos. Engajamento social. Globalização. Movimentos sociais.

Resumo

This article presents the results of an international study on action collectives, a term increasingly adopted by activists to describe the organizations they lead and through which, to a certain extent, they distinguish themselves from previous forms of social mobilization. Both this term and the prevailing style of activism have been the subject of recent academic studies, which aim to highlight some of the unique characteristics of these collectives. Next, the article examines the collectives' areas of focus and styles of engagement on issues of common interest and relevant items on the public agenda. Twelve areas of focus are highlighted, along with examples and general considerations regarding the collectives' sociopolitical activities. The analysis is based on explorations of international databases and field research, through document analysis, site visits, and interviews with collectives located in various countries. It can be concluded that, at the local level, these collectives innovate, produce goods, and provide services relevant to the lives of their members and those in their communities, through practices of communal self-management, democracy, and equality; globally, they drive sociopolitical engagement by supporting movements of protest, opposition, and the creation of alternatives to the existing order. Furthermore, their protagonists value the personal experience of engagement and the coherence between their way of life and the agendas they advocate for society. From these perspectives, among others, collectives are vectors of a new style of activism.

Keywords: collectives. Social engagement. Globalization. Social movements.

INTRODUÇÃO

Faz um pouco mais de 5 anos que percebemos que ficar de braços cruzados, debatendo um futuro melhor, não fazia sentido.

Sabe aquelas discussões onde o culpado é sempre o outro? Então... Sabíamos também que mudar o mundo era coisa demais, de repente até uma Utopia! Foi aí que a frase - "pensar global e agir local" - fez muito sentido.

Decidimos nos entregar a essa jornada linda. E hoje vemos crianças que se tornaram adolescentes e adolescentes que estão se tornando adultos. E todos eles se tornando nossos amigos e baita seres humanos. Alguns até estão trabalhando juntos no Instituto e outros trilhando boas aventuras.

Yuri Gonçalves

Instituto Ser Humano Surf – Garopaba/SC¹

A organização civil referida por um dos seus sócios fundadores, na postagem acima, dedica-se à promoção da "arte, educação e cidadania através do estilo de vida do surf"² e talvez surpreenda por duas razões: fazer do surf (ensinando-o a crianças e adolescentes, numa região de praias incensadas por esse esporte) uma base formativa da cidadania (por meio de práticas inclusivas, jogos cooperativos, oficinas e vivências de desenvolvimento de habilidades socioemocionais); ademais, fazê-lo com uma postura crítica diante do mundo, sem qualquer escapismo "nas ondas", e ao mesmo tempo com foco em ações construtivas, de resultados e efeitos tangíveis, "sem assistencialismo e sem ideologia política ou religiosa". Não obstante a compreensível polissemia de alguns termos utilizados, o espírito do *Ser Humano Surf* traduz o estado de ânimo e os propósitos do ativismo social presente hoje em vários contextos. Ele retrata um estilo de engajamento de nossa época, como buscaremos demonstrar.

Embora seja um agente social reconhecido em Garopaba, conectado a várias iniciativas de educação, cultura, arte e entretenimento, o *Ser Humano Surf* não se apresenta como ator da política local, não age posicionando-se a partir desse plano. O seu engajamento em temas socialmente centrais, como educação e cidadania, o mantém em relações institucionais com quem se ocupa desse universo por dever de função. Mas suas estratégias primordiais, pelo que foi possível observar, dirigem-se às pessoas que habitam ou transitam

¹ Adaptado de postagem em 01/08/2024: https://www.instagram.com/p/C-GlUKGuorc/?img_index=1.

² O que estiver entre aspas corresponde a textos publicados pelo coletivo ou a depoimentos colhidos na pesquisa de campo.

naquele município e a um conjunto de organizações civis parceiras, com as quais forma um circuito, uma espécie de *ecossistema* ativista na região.

Adiante mencionaremos outra iniciativa desse ecossistema. No imediato, conviria ter em vista uma iniciativa de outro lugar, ilustrativa de um tipo de atuação política intermitente, que se impõe pela necessidade de questionar determinadas relações de poder, de modo a viabilizar projetos com sentido inovador e poder de irradiação.

O *Coletivo Gira* foi criado por mulheres residentes em Lisboa que se reuniram para tocar samba, em contraponto ao perfil masculino das rodas de samba na cidade. As características pessoais das integrantes do *Coletivo* (mulheres, imigrantes, não-binárias, algumas negras) as levaram a um papel de afirmação e questionamento, como se observa na condução dos espetáculos (valorização de sambistas mulheres, críticas ao colonialismo e ao racismo, afirmação da diversidade de gênero etc.) e no público afluyente (basicamente feminino e não heterossexual). Embora a razão de ser original fosse o samba, não o ativismo, precisaram lutar para garantir seu espaço na cena musical de Lisboa: “é preciso ser ativista para fazer o que se quer”. O coletivo participa circunstancialmente de mobilizações políticas, mas, segundo relatam, “estamos estruturalmente dentro”. Isto inclui enfrentar o machismo vigente, inclusive no ambiente musical. E como, segundo elas, os homens não podem negar a qualidade musical do *Gira*, concluem, “eles odeiam nos amar.”

Passando ao centro de Madrid, encontramos uma experiência na qual a sensação de esgotamento e impossibilidade de avançar pela via das grandes mobilizações que tomaram as ruas e praças da Espanha, em 2011 (o movimento dos *Indignados*), levou um grupo de militantes a apostarem em uma iniciativa local visando a ações efetivas, adotando um sistema de gestão coerente com o que defendiam para a sociedade. Criaram então *El Teatro del Barrio*, que desde 2013 oferece uma programação variada de teatro, música e poesia, ao lado de atividades formativas, lúdicas e de sociabilidade. Com um formato cooperativo, aberto à participação da comunidade do bairro, declara-se politicamente engajado, no sentido de questionar de forma radical a política, a sociedade, a economia e a arte.

Somos un teatro de muchas para muchas. Un *espacio* político y micro político que se nutre del movimiento ciudadano. Somos feministas. Nos anclamos en la felicidad, la libertad, la horizontalidad, la igualdad y la búsqueda del bien común.

Huimos del pensamiento único: cuestionamos, participamos, debatimos y nos formamos para replantearnos las viejas formas.³

O ambiente das mobilizações de rua de 2011, seguido de frustrações quanto a seus resultados, gerou interesse pelo projeto, permitindo colocá-lo de pé (o próprio prédio) via mutirões, difundi-lo e conquistar aderentes que se envolveram ativamente na programação e nos enlaces com a comunidade. Centro artístico de renome, o *Teatro del Barrio* funciona como espaço de combate, de resistência, mas também de convivência, compartilhamento e cuidado.

Uma certa atitude de dissenção de formas de militância política conhecidas, que buscavam incidir diretamente na esfera pública, motivou os idealizadores do *Teatro del Barrio* a investirem num projeto palpável, para que a materialidade de suas ações alcançasse ressonância social e, pela natureza interpeladora própria da arte, atingisse a mente e a conduta das pessoas. Algo comparável ao que se sucedeu na Catalunha, após o 16M (16 de maio, data local das grandes ocupações) de Barcelona, quando ativistas deixaram as praças para ir aos bairros e, daí, enveredaram para ações de micropolítica, revitalizando espaços e equipamentos públicos de valor para as comunidades locais (Asara, 2016; Asara; Kallis, 2022).

No caso do *Gira Coletivo*, como vimos, o envolvimento em disputas por espaço e reconhecimento se deu um tanto a contragosto, por força das circunstâncias, mas se mostrou um caminho sem volta à medida que o *Gira* se converteu numa referência alternativa na cena musical de uma metrópole, a sua roda de samba sendo ao mesmo tempo um espaço de encontro, prazer e afirmação política. Já o *Ser Humano Surf* talvez evoque uma via mais costumeira, de aliança entre organizações da sociedade civil como meio de ganhar reconhecimento público e espaço de atuação. No entanto, ao que parece as coisas fluem sobretudo pela dedicação de pessoas envolvidas de corpo e alma no que acreditam, as realizações pessoais vividas na experiência de ativismo sendo-lhes um elemento de estímulo permanente.

Nessas três situações, o papel ativista não se separa nem se sobrepõe à pessoa do ativista. Ademais, causas e focos de atuação se combinam, sem hierarquias de grandeza: esporte com cidadania e proteção da natureza; música com feminismo e questões de gênero;

³ Extrato retirado do website: <https://teatrodelbarrio.com/proyecto-barrio/>. Entende-se ser desnecessário traduzir. Sobre a corrente dramatúrgica à raiz do *Teatro del Barrio* e suas evoluções, consultar Vélez (2016).

arte, igualmente com feminismo, fortalecimento comunitário e promoção de cidades inclusivas.

Diversos outros exemplos foram encontrados no estudo que realizamos sobre os ativismos sociais contemporâneos, por meio de uma investigação de quatro anos, em doze países. Alguns resultados dessa pesquisa formam o corpo principal desse artigo, cujo objetivo principal é caracterizar em linhas gerais essas formas de ativismo e, particularmente, indicar como elas se posicionam em questões da sociedade e buscam incidir, de algum modo, nas relações de poder.

A entrada nesses temas se fez por meio de revisões bibliográficas e, no plano empírico, com base em uma pesquisa sobre experiências em que o ativismo se materializou numa forma de organização típica dos anos recentes, qual seja os *coletivos* de ação. Convém então que, após essa introdução, o artigo prossiga com esclarecimentos sobre a pesquisa em questão, seus procedimentos metodológicos e seus conceitos de referência. Esses assuntos serão abordados na próxima seção, na qual também indicaremos traços gerais dos coletivos que compõem o corpus empírico da pesquisa, sinalizadores dos perfis ativistas de nossa época. A terceira seção e a seguinte, tratarão das formas de engajamento sociopolítico mais relevantes dos coletivos, cerne desse artigo. As considerações finais do artigo trarão à baila alguns resultados de pesquisas anteriores com foco semelhante, sugerindo formas de entender o sentido dos coletivos no contexto das mutações históricas e de alterações nos padrões de ação, presenciadas nos últimos anos.

ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

Movimentos sociais e outras formas de mobilização têm sido objeto, no Brasil, de pesquisas e de balanços sobre o estado da arte nas ciências sociais (Gohn, 2017, 2018; 2022; Perez e Silva Filho, 2017). A despeito de diferenças semânticas ou conceituais, o ativismo contemporâneo e suas transformações têm sido igualmente tratados em outros contextos (Zibechi, 2007; Joly e Wadia, 2018; Pleyers, 2010, 2017, 2018).

Análises considerando mutações e novidades nas formas de ativismo, especialmente no Brasil, vêm dando destaque à presença crescente do termo *coletivo*, tanto no léxico pelo qual os ativistas designam suas formas de organização e atuação, quanto ao fato dessa semântica possivelmente apontar para uma modalidade de engajamento com traços novos,

que justificariam um tratamento conceitual específico. Dispomos de estudos sobre casos pioneiros, anteriores à popularização do termo *coletivo* (Lima, 2018; Medeiros, 2019; Trindade, 2021), sobre situações em que suas peculiaridades ficam mais visíveis e passíveis de análise (Souza, 2018; Faria, 2020; Thibes *et al.*, 2020; Melo, 2021) e também sobre mudanças no ativismo social que motivariam novos conceitos ou adjetivações (Gohn, 2017; 2022; Perez e Silva, 2017; Marques e Marx, 2020; Santos, 2022; Gohn, Penteado e Marques, 2020; Gaiger, 2023a).

À luz dessa bibliografia, o que podemos entender por *coletivo*? À guisa de preâmbulo, pode-se associar o termo a uma plêiade de iniciativas de ação, levadas à frente por grupos espontâneos de cidadãos, associações, cooperativas ou organizações de base territorial. Elas também têm sido promovidas por comunidades intencionais, criadas a partir de projetos idealizados por pessoas que passam a viver juntas com o intuito de agir coletivamente. Os campos de atuação dos coletivos são diversos, geralmente combinando questões da vida cotidiana de seus integrantes com temas de interesse público. Por conta disso, tendem a promover novos ativismos, independentes ou vinculados a movimentos sociais, postando-se contra várias formas de dominação, expropriação e opressão, alinhando-se na defesa de bens comuns, como direitos, bem-estar, moradia, territórios, trabalho, cultura e patrimônio. Adotam sistemas de gestão coletiva e princípios igualitários em suas organizações, respeitam a individualidade dos seus integrantes e valorizam a efetividade, o fato de sua atuação viabilizar, materializar e implantar alternativas tangíveis e sustentáveis.

Debates e proposições quanto ao que representam os coletivos, à sua novidade, têm sido objeto de dossiês temáticos em periódicos científicos.⁴ Não obstante, é de se ponderar que não dispomos até o momento de um entendimento comum sobre o conceito de *coletivo*, o que certamente favoreceria a constituição de um campo de estudos a respeito, a despeito da diversidade empírica que lhe é constitutiva e da multiplicidade de enfoques, própria das ciências sociais.

Do ponto de vista do conhecimento empírico, talvez a predominância atual de estudos de caso, adequados ao exame em profundidade de situações específicas, configure

⁴ Vide a Revista Simbiótica (v. 7, n. 3, 2020) e a Revista Brasileira de Sociologia (v. 8, n. 20, 2020). Um dossiê foi preparado em 2025 pela *Revista Civitas* (v. 25, n. 1, 2025).

um preâmbulo a ser sucedido por investigações de maior envergadura, propícias a estudos comparativos, mais aptos a considerar múltiplas ocorrências dos coletivos e, com base na análise de semelhanças e diferenças, discernir suas lógicas estruturantes (Bruyne, Herman e Schoutheete, 1991). Ultrapassar a unicidade e evidenciar regularidades e variações significativas dos coletivos viria em favor de sua apreensão, na ordem dos fatos, e sua conceptualização, na ordem das ideias.

Uma via nessa direção seria ter em vista não um ou poucos casos, tampouco apenas compilar estudos independentes, mas procurar reunir e comparar uma série de casos, tanto quanto possível ilustrativos do universo de coletivos, tal como presumível a partir de revisões bibliográficas e incursões empíricas em segmentos de dito universo. Tratar-se-ia de desenvolver um processo dialético entre caracterizações empíricas e proposições conceituais, para assim avançar nos dois planos.

Esse foi um dos propósitos da pesquisa internacional que dá suporte a esse artigo. Em seu momento inicial, revisões bibliográficas conduziram a uma definição preliminar dos coletivos (além de propiciarem argumentos quanto à sua especificidade e novidade). Essa definição serviu à retomada de casos estudados anteriormente⁵ e ao contato com casos mais acessíveis, no intuito de avaliar a adequação do constructo conceitual, aprimorá-lo e, em paralelo, elaborar um conjunto de indicadores observacionais úteis à seleção e análise de novos casos.

Em artigo recente, Breno Bringel e Geoffrey Pleyers (2024) ressaltam que “Ainda existem alternativas, mas muitas vezes tornam-se invisíveis, especialmente na ausência de protestos públicos”. Talvez por isso ganhem notoriedade e relevância as ações de combate dos coletivos, via manifestações que visam denunciar, reivindicar e dar outro sentido à política e à vida em sociedade. Seus alvos principais são o Estado, as instituições e os agentes econômicos, com os quais entram numa lógica antissistêmicas de confronto e disputa, a exemplo dos casos examinados por Flávia Faria (2020).

⁵ A equipe envolvida no projeto participou de várias pesquisas sobre formas alternativas de organização socioeconômica, em particular no âmbito da economia solidária (Gaiger *et al*, 2014; Gaiger e Kuyven, 2020), cujos empreendimentos possuem semelhanças notórias com os coletivos, podendo-se às vezes tratá-los por um viés ou outro (Silva, 2016; Gaiger, 2020a).

Ao mesmo tempo, conjugadamente com essa lógica, ou dela tomando certa distância, existem coletivos cujo intuito é materializar o ideário de transformações através de projetos palpáveis, concretos, segundo uma lógica de construção alternativa, em resposta a questões da vida do dia a dia, de seus integrantes e de pessoas com as mesmas necessidades e aspirações. Nesse caso, o envolvimento em questões da sociedade sustenta-se no engajamento em problemas locais e na construção de soluções efetivas e sustentáveis. Designamos essas iniciativas de “coletivos de auto-organização da vida comum” (Gaiger, 2020a). Elas tiveram preferência no estudo aqui em tela, por retratarem de forma mais nítida e acabada as alterações trazidas pelas novas formas de ativismo social (Gaiger, 2023a).

Com apoio de uma equipe nacional e de colaboradores estrangeiros,⁶ a investigação abrangeu doze países e procedeu à seleção e análise comparada de 120 coletivos - corpus empírico principal da pesquisa - além de ter reunido estudos, documentação e informações sobre vários casos semelhantes, seus contextos de atuação (por vezes, conformando os *ecossistemas*) e suas trajetórias. Previamente às visitas de campo, levantaram-se informações disponibilizadas pelos coletivos na internet (regra geral, possuem website ou perfis em redes sociais, além de publicações), ou sobre eles (de diretórios de redes ativistas a registros legais), assim como trabalhos técnicos e estudos acadêmicos. As visitas transcorreram com situações de observação direta, assistência a atividades em alguns casos, entrevistas informais (ainda que estruturadas) e exame de documentos adicionais oferecidos pelos coletivos. Posteriormente, ocorreram por vezes entrevistas complementares à distância e, ainda, a subscrição a boletins (newsletters) e outras publicações correntes dos coletivos.

Para chegar a eles, ao lado de indicações dos membros da equipe de pesquisa e do apontado pela bibliografia, utilizaram-se diretórios globais, nacionais ou sobre alguns segmentos de iniciativas afins aos coletivos (com emprego ou não dessa nomenclatura).⁷

⁶ O projeto dispôs de suporte do CNPq, via Bolsas de Produtividade, taxas de bancada e auxílios. Afora a equipe brasileira, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos e do apoio de colegas de outras Instituições no Brasil, colaboraram pesquisadores da Universidad Central de Chile, da Université Catholique de Louvain (Bélgica), da Universidad de Udine (Itália) e da Sophia University (Tóquio).

⁷ Há vários diretórios sobre iniciativas similares aos coletivos, nos quais eles podem ser encontrados. Um dos mais abrangentes é o mapa global de “soluções alternativas”, da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (http://www.socioeco.org/solutions_fr.html). No segmento das ecovilas, há bases de informações amplas, como as promovidas pela *Global Ecovillage Network* (<https://ecovillage.org/>) e pela *Foundation for Intentional Community* (<https://www.ic.org/directory/>). Mesmo a Wikipedia é útil, por exemplo,

Essas bases de dados, contendo informações sobre casos enquadráveis como coletivos, direcionaram a pesquisa a determinados países e regiões, sobretudo quando as futuras visitas de campo se viam favorecidas por conhecimento prévio e se mostravam logisticamente viáveis.⁸ Na falta de informações suficientes, as indicações eram descartadas. Do contrário, a exploração dos casos conduzia a novas indicações pelo efeito “bola de neve”, acolhidas pela pesquisa conforme os balanços periódicos do corpus já constituído o recomendassem, no sentido de ampliá-lo ou de aumentar a incidência de tipos de coletivos de maior relevância (efeitos de *diversificação* e de *saturação* do corpus).⁹

O manancial de estudos e dados empíricos permitiu a elaboração de sínteses descritivas dos coletivos e o preenchimento de uma planilha de indicadores, relacionados à sua origem, trajetória e forma de organização, a seus integrantes (perfil socioprofissional, de gênero etc.), aos propósitos e efeitos do ativismo em causa e, ainda, às suas relações com o meio circundante e organizações afins.

Ademais, um subconjunto de indicadores serviu para avaliar a aderência dos casos ao conceito operacional (isto é, traduzido em indicadores observacionais) de *coletivo* e, *mutatis mutandis*, a aprimoramentos sucessivos do mesmo, com reflexos positivos posteriores no processo subsequente de seleção dos casos e, retroativamente, na revisão dos casos já examinados.¹⁰ Ao final desse processo (portanto, abstraindo-se as versões conceituais e operacionais preliminares e intermediárias), pode-se dizer que os 120 coletivos que compõem o corpus empírico da pesquisa possuem majoritariamente as seguintes características:

- a) São iniciativas de (não muitas) pessoas que se conhecem, em geral mantendo interações diretas e cotidianas. Os integrantes dos coletivos via de regra são pessoas físicas, não entidades ou representantes das mesmas.

ao repertoriar iniciativas de ativistas (vistos como de extrema esquerda) de ocupação e tomada de áreas e equipamentos públicos ou privados, segundo o conceito de *Zone à Défendre* usual em alguns países europeus, ações que exemplificam a *lógica de confronto* antes mencionada (https://fr.wikipedia.org/wiki/Zone_%C3%A0_d%C3%A9fendre).

⁸ Desse ângulo, deu-se preferência a locais de conhecimento dos colaboradores do projeto, que estivessem na rota de eventos científicos ou promovidos por ativistas e, ainda, que não apresentassem dificuldades de comunicação em função dos idiomas locais.

⁹ Esse método de trabalho, denominado de *cartografias multilocais*, será objeto de outra publicação.

¹⁰ Outra bateria de indicadores relaciona-se ao conceito de *reciprocidade* (Gaiger, 2016), fulcro teórico do projeto de pesquisa, cujo teor e resultados específicos foram (Gaiger, 2023b; 2023c) ou serão objeto de outros trabalhos.

- b) Ditas pessoas se unem para colocar em prática algo idealizado e compartilhado no plano dos valores e dos desejos (enquanto suas afinidades de fundo, ideológicas, são variáveis e podem ficar em plano secundário).
- c) Para tanto, desenvolvem ou idealizam (nesse caso, buscando que suas propostas sejam exequíveis) alguma ação concreta, realista, com sentido de contraposição e/ou de inovação diante dos modelos dominantes e das práticas habituais.
- d) Organizam-se e trabalham com princípios de autogestão, democráticos, igualitaristas e inclusivos. Em particular, valorizam a coerência entre o que propõem para o mundo e o que fazem para si, coletivamente.
- e) Vinculam-se com frequência a iniciativas afins por meio de parcerias diretas, buscando manter sua autonomia organizacional e normativa, mesmo ao preço de algum isolamento.
- f) Ademais, de diferentes modos e com variados graus de intensidade, articulam-se por vezes a movimentos, redes e mobilizações sociais.¹¹
- g) Adotam formatos jurídicos variáveis, a depender da atividade desenvolvida, da cultura institucional circundante e dos marcos legais disponíveis e aplicáveis.

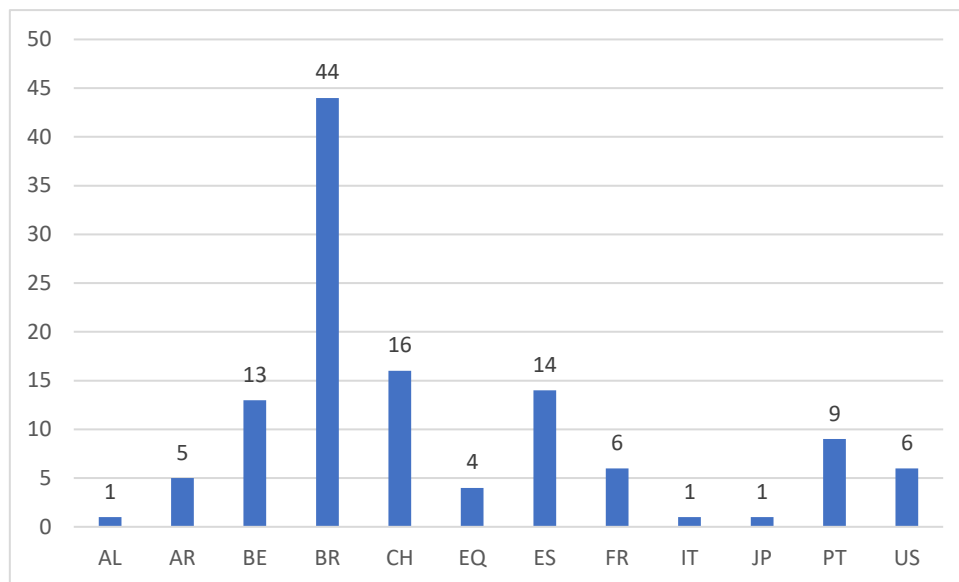
O fato dessas características andarem juntas não é casual. Elas se condicionam (e se explicam) mutuamente. Em seu conjunto, estabelecem uma dinâmica singular, um *modus operandi* que ficará mais claro, sob certos aspectos, na continuidade do texto. A esse respeito, convém não perder de vista que a pesquisa foi direcionada aos coletivos de “organização da vida comum”, como antes explicado, cujos propósitos requerem estabilidade organizacional, planejamento e continuidade. Daí que a união entre seus membros, requerendo proximidade e confiança, além de valores básicos de convivência e entendimento comum sobre o que se deseja para o mundo, sejam fundamentais.

CARACTERÍSTICAS E FOCOS DE ATUAÇÃO DOS COLETIVOS

¹¹ Confluências entre coletivos podem dar margem a articulações, formando entidades que se põem *em movimento*, como a Associação Slow Food do Brasil (<https://slowfoodbrasil.org.br/nossa-rede/membros-e-comunidades/>).

Isto posto, vejamos algumas características gerais do corpus de 120 coletivos que nos serve de referência. Um primeiro aspecto é a sua distribuição pelos doze países pesquisados, conforme indica o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição dos coletivos por país



Fonte: autoria própria

Como já dito, a identificação e seleção dos coletivos foi direcionada progressivamente a regiões com perceptível densidade ativista e suficiência de dados sobre iniciativas de interesse. Somando-se aspectos de logística e conveniência prática, também mencionados, além do limite fixado de 120 casos,¹² têm-se as seguintes cifras: no Brasil (BR), 44 casos (24 na região de Porto Alegre); no Chile (CH), 16 casos (6 em Concepción e 4 em Valparaíso); na Espanha (ES), 14 casos (7 em Barcelona); na Bélgica (BE), 13 casos (11 no entorno da cidade universitária de Louvain-la-Neuve); em Portugal (PT), 9 casos (todos em Lisboa), nos Estados Unidos (US), 6 casos (5 deles na San Francisco Bay, Califórnia). Contam-se ainda coletivos da Alemanha (AL), Argentina (AR), França (FR), Equador (EQ), Itália (IT) e Japão (JP). Ainda que esse conjunto não seja estatisticamente representativo do universo global dos coletivos – uma impossibilidade no estágio atual de conhecimento e dos meios de pesquisa - tem a

¹² Vários outros casos foram examinados, mas não incluídos no corpus, posto que estenderiam o trabalho de campo excessivamente e já não pareciam aportar informações relevantes. Abarcar todas as manifestações conhecidas desse tipo de ativismo demandaria o concurso de várias pesquisas ou um projeto consorciado de grande envergadura.

propriedade de reunir um número significativo de casos, selecionados por serem ilustrativos de tipos variados e recorrentes, à luz da literatura e das bases de informação consultadas.

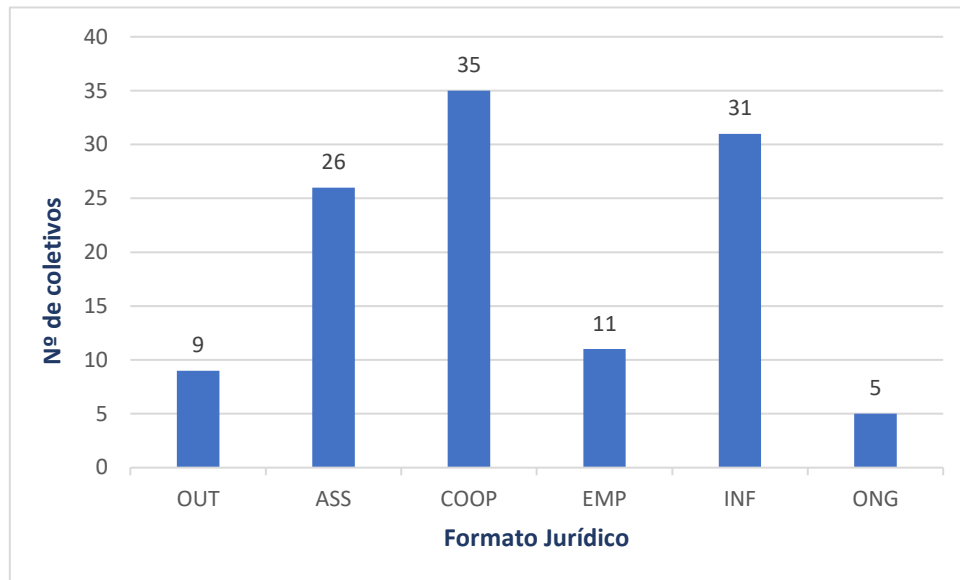
Os 120 coletivos, em média, iniciaram suas atividades em 2012, tendo assim 12 anos de atuação. Como existem alguns casos excepcionalmente longevos, convém ter em vista que a mediana corresponde a 2014, metade deles tendo seu início anterior a esse ano e metade, posterior. Houve um aumento gradativo de coletivos com o passar do tempo: 3 deles datam dos anos 1970; 1 apenas, dos anos 1980; 6, da década de 1990; 21 iniciaram suas atividades nos anos 2000; 75, nos anos 2010 (a maior frequência ocorrendo em 2019, com 11 casos); e 14, a partir de 2020.¹³ Esses números se coadunam com o entendimento de que estamos diante de um fenômeno típico das duas últimas décadas, embora não exclusiva delas, posto se haver encontrado iniciativas precursoras mais antigas, com características afins. Como veremos, porém, os períodos históricos de entrada em cena dos coletivos não estão dissociados da predominância de alguns de seus traços, ou do aparecimento de novas características, posteriormente mais frequentes, entre elas os focos preferenciais de engajamento sociopolítico.

Esse é o caso do formato jurídico dos coletivos. O processo de seleção do corpus não foi excludente ou restritivo a esse respeito, mas se esperava uma predominância de formatos compatíveis com a natureza igualitária, democrática e participativa desse estilo de ativismo. De fato, de acordo com o Gráfico 2, cooperativas e associações preponderam e constituem formas apropriadas e usuais em organizações coletivas autogestionárias, podendo as mesmas, por outro lado, estar momentaneamente ou permanecer na informalidade, o que explicaria a frequência dos coletivos informais. Já as ONGs e, a fortiori, as empresas, são passíveis de contradição com os preceitos de gestão horizontal e de igualdade entre os integrantes, embora se ressalve que, no caso dos coletivos, as empresas se apresentam normalmente em condições de paridade societária entre os membros. No tocante a empresas e ONGs, relatos e documentos (como atas e regulamentos) indicam que o formato escolhido é o que melhor atende às conveniências ou exigências legais para a atuação do

¹³ A pesquisa de campo encerrou-se em março de 2024. Deu-se preferência a coletivos com algum tempo de atuação, em geral descartando-se experiências muito recentes.

coletivo, ficando relativizado (ou neutralizado) naqueles aspectos que poderiam conflitar com o seu espírito autogestionário e seu afã de autonomia.

Gráfico 2 - Formato jurídico dos coletivos



Legenda: OUT – outros formatos; ASS – associação; COOP – cooperativa; EMP – empresa; INF – informal; ONG – organização não-governamental.

Fonte: autoria própria

As cooperativas e associações são mais antigas (ano médio de início: 2009) que as empresas e os coletivos informais (2015) e se concentram em países com tradição nesses formatos, como a Espanha e os Estados Unidos (para as cooperativas) e a França (para as associações). ONG é uma alternativa peculiar do Brasil, até certo ponto devido à ausência de uma legislação cooperativa mais flexível e atraente para pequenas iniciativas, como também de um marco plural atinente às empresas, cujo formato parece ser adotado como uma “solução possível” em algumas situações. Os dados de campo apontam ainda que a informalidade, além de cômoda em situações menos dependentes de registros legais, constitui uma etapa transitória dos coletivos, embora em alguns casos se mostrem efêmeros e não cheguem a formalizar-se.

O porte dos coletivos, medido pelo número de participantes diretos, resulta em uma média geral de 16 pessoas. Observa-se um número elevado de coletivos com entre 4 e 7 integrantes (43) ou com entre 12 e 15 (30). Nas extremidades, há poucos: apenas 4 com 1 a 3 integrantes (com participação direta e contínua) e somente 9, com mais de 30 integrantes. Essas cifras apresentam uma tendência de crescimento conforme aumenta o tempo de

atividade, mas sem configurar uma correlação linear: muitos coletivos mantêm seu porte estável, ou oscilante, a preocupação em expandir-se quantitativamente (em número de ativistas, projetos e resultados) estando claramente longe de muitos deles. De outra parte, constata-se que as cooperativas são maiores (20,7 membros diretos em média), seguidas pelas ONGs (15,8) e associações (14,2). As empresas (13,6) e os coletivos informais (13,4) são os menores, nesse último caso com 7,3 pessoas a menos, em média, em relação às cooperativas.

Uma variável significativa, entretanto, guarda relação nítida com o contexto histórico em que os coletivos foram idealizados e passaram a atuar. Trata-se do gênero predominante dos participantes diretos (medido pela variável *proxi de sexo*), crescentemente feminino com o passar do tempo e, no cômputo geral, superior ao masculino: 48% dos coletivos apresentam prevalência feminina, 34% não apresentam prevalência e 17,5% apresentam prevalência masculina.²⁴

Os coletivos com prevalência masculina são em média mais antigos (2008) do que aqueles sem prevalência (2010) e aqueles com prevalência feminina (2013). Os dados também indicam predominância do gênero feminino, por vezes acentuada, nos países com maior número de coletivos, como Brasil, Chile, Espanha e Portugal, nos quais se concentram coletivos iniciados nos últimos 15 anos. Essa prevalência aparece também na Argentina e parcialmente na Bélgica, mas não no Equador, na França e nos Estados Unidos. Tais fatos não decorrem de algum direcionamento prévio na seleção dos casos, mas têm a ver com o campo de atividade e com os propósitos de atuação dos coletivos, conforme se alteraram com o transcurso do tempo. Pautas de engajamento dependem do que está em causa e convocam diferentes atores sociais, como passaremos a ver.

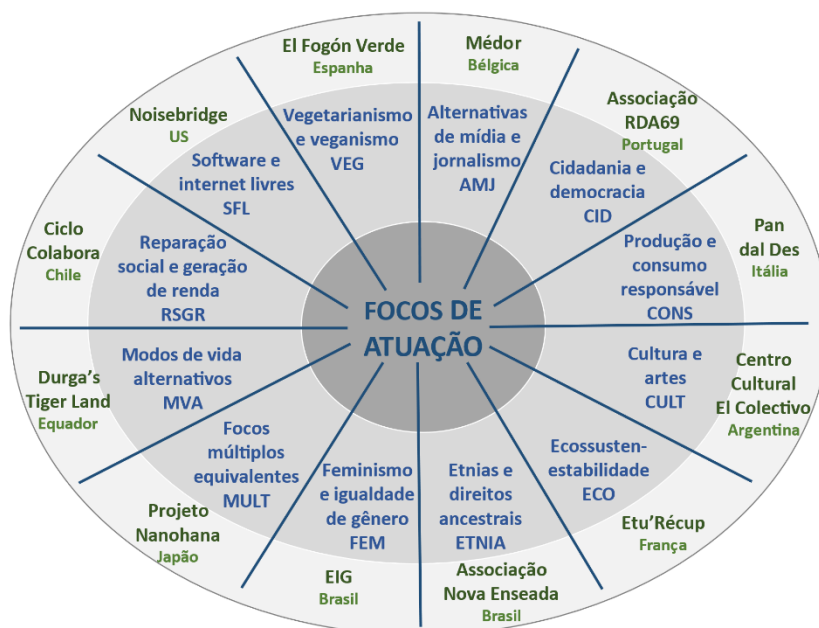
Conforme já argumentamos, os coletivos de ação atuam em dois níveis, enfatizando variavelmente um ou outro: aquele das questões da sociedade, do “enfrentamento político” em seu sentido habitual, e aquele da idealização e materialização de alternativas tangíveis presumivelmente a seu alcance. Em ambos os níveis, ademais, os focos de atuação se diversificam e se conjugam, como é nítido nos coletivos de “feminismo em perspectiva

²⁴ A prevalência foi considerada quando as diferenças entre homens e mulheres eram visíveis e não circunstanciais.

interseccional”, quando questões de gênero, raça, classe e identidade se integram e geram pautas múltiplas.

Veremos nas seções seguintes alguns exemplos dessas articulações entre propósitos e planos de atuação, com base numa tipologia construída no processo de análise dos coletivos, derivada dos dados paulatinamente encontrados. A tipologia objetiva distinguir os coletivos segundo o seu foco de atuação *principal* (por conseguinte, não necessariamente único), sem desconsiderar a frequente concomitância de causas e agendas, além de mudanças de rota em suas trajetórias.¹⁵

Figura 1 – Focos de atuação dos coletivos



Fonte: autoria própria

A Figura 1 apresenta a tipologia e alguns coletivos que a exemplificam, comentados a seguir.¹⁶ Vale salientar que os focos de atuação não coincidem com os setores de atividade (no sentido econômico) dos coletivos, para os quais foi construída outra tipologia. As combinações entre ambas são variadas, dado que os focos de atuação dos coletivos tendem a incidir em mais de um setor, que por sua vez pode ser campo de atuação de coletivos com

¹⁵ Quanto a isto, é inevitável que se tenha um retrato dos coletivos no momento da coleta de dados, ao qual apenas em situações relevantes acrescentaram-se modificações posteriores.

¹⁶ Os coletivos serão citados com a denominação que utilizam publicamente, o que facilita que sejam encontrados através das redes sociais ou de buscas no Google Acadêmico, entre outros. Quando oportuno, faremos indicações bibliográficas específicas a seu respeito.

diferentes propósitos. Assim, as ações com foco em Alternativas de Mídia e Jornalismo (AMJ) se concentram no setor de comunicação, enquanto aquelas em defesa de Software e Internet Livres (SFL) incidem via de regra no setor de tecnologias de informação e gestão. No sentido inverso, o setor de reciclagem é objeto de ação quase exclusivo de coletivos voltados à Ecosustentabilidade (ECO). Já o setor de arquitetura e construção dá margem a coletivos com foco na Ecosustentabilidade ou com pautas de Feminismo e Igualdade de Gênero (FEM), os quais também promovem assistência e amparo social e terapêutico, ao lado dos coletivos cujo foco é a Reparação Social e Geração de Renda (RSGR).¹⁷

DE ALTERNATIVAS DE MÍDIA A DIREITOS ANCESTRAIS

Voltando à Figura 1, a partir de cima e em sentido horário, Alternativas de Mídia e Jornalismo (AMJ) são desenvolvidas pelos coletivos em vários formatos. Em Porto Alegre, o *Nonada Jornalismo*, veículo independente fundado em 2010, orienta-se por um viés decolonial, dando espaço para as “múltiplas vozes” que compõem a cultura brasileira. Suas pautas abrangem temas como processos artísticos, políticas culturais, comunidades tradicionais e seus direitos, culturas populares, censura e direitos humanos, memória e patrimônio. Além da revista *Nonada*, publica dossiês, uma zine literária e blogs temáticos. Mantém um Observatório de Censura à Arte e promove eventos como saraus e sessões de cinema. Por fim, realiza cursos com foco em jornalismo, escrita criativa e cultura, ao lado de programas de apoio a jornalistas em formação (Henning, 2018).

Em Lisboa, encontramos o *Fumaça*, fundado em 2016, cuja atividade principal é a investigação de longo curso, resultando na produção de séries de podcasts. O coletivo declara-se independente, progressista e dissidente, esse último aspecto por entender que “há outras narrativas mediáticas para apresentar, que há mais mundo, outras histórias e perspectivas para mostrar, vozes diferentes para ouvir”. Busca assumir um papel de contrapoder, dando voz a quem é não é ouvido e vigilando os agentes políticos para que assumam a responsabilidade por suas decisões. Entre as pautas recorrentes estão agendas feministas e LGBTQIA+, sustentabilidade ambiental, direitos humanos, saúde mental, povos

¹⁷ Uma terceira tipologia distingue os coletivos segundo o perfil socioprofissional predominante de seus participantes diretos, assunto que no espaço desse trabalho não será possível abordar.

em estado de opressão (como a causa palestina) e eventos políticos. O *Fumaça* produz um newsletter semanal e promove oficinas para compartilhar conhecimentos profissionais ou sobre as realidades investigadas. As matérias são publicadas no website, com liberdade a quem queira republicá-las.

Veículos alternativos de mídia, em geral associativos ou cooperativos, abundam em países europeus (Huens, 2016; Leeckwyck, 2019). Na Bélgica, um caso exemplar é a revista trimestral *Médor* (= de olhos abertos), publicada desde 2015 por uma equipe de jornalistas, com o respaldo de uma cooperativa de apoiadores, homônima, e de assinantes. A revista concentra-se em temas relacionados à sociedade belga, no âmbito de um projeto de imprensa de “luta contra toda forma de injustiça” e de “ampliação do debate democrático”. Os números são entregues aos assinantes ou vendidos em bancas, além de ficarem disponíveis no website, mediante contribuição financeira.¹⁸ O grafismo da revista é inteiramente realizado com softwares livres, a maior parte dos textos e ilustrações estão em acesso aberto, consultas participativas aos leitores e cooperados são frequentes e, dentro do seu espírito cooperativo e horizontal, a chefia de redação é exercida em rodízio, sem hierarquias funcionais fixas e desníveis salariais.

O foco de atuação Cidadania e Democracia (CID) agrupa coletivos dedicados principalmente à defesa e promoção da cidadania e da democracia, ao lado da crítica ao sistema. Pode-se citar a *Associação Recreativa dos Anjos* (RDA69), fundada em 2011, em Lisboa, por pessoas que almejavam ter um espaço comum de convivência, partilhas e ações, no qual pudessem estar e agir com segurança e autonomia. Entre elas, havia dissidentes de partidos políticos e militantes de causas sociais, uns e outros de orientação variada, do leninismo ao anarquismo. Um pivô de sua criação foi a crise de 2010 e as grandes mobilizações de rua em Portugal. Levada à frente por cerca de 15 pessoas permanentes, a RDA69 dispõe de um espaço de reuniões, de um bar / cantina e de uma sala de jogos. Além de jantares e encontros de convívio, por vezes em apoio ou dando ressonância a movimentos (estudantes engajados na crise climática, mulheres praticantes de futebol, ações de protesto contra a gentrificação da cidade etc.), promove esportes de salão, oferece espaço de

¹⁸ Replicando uma prática usual em coletivos, a assinatura é proposta em três valores (*justo*, de *apoio* e para pessoas com *limitações* financeiras) e dá direito a receber a revista em casa, ter acesso online a ela e a outras matérias, participar com opiniões sobre assuntos em discussão e redistribuir conteúdos a amigos.

trabalho, oficinas de computação e assessoria jurídica. Tais prestações são realizadas voluntariamente, sem custo, de outra parte não havendo taxas associativas, para que sejam acessíveis a todos. Durante a pandemia, foram oferecidas 26.620 refeições gratuitas a pessoas em situação de vulnerabilidade, graças ao fundo de reserva da Associação. Ademais, a RDA69 é vista como ponto de concentração e refúgio para manifestantes de rua. Segundo um dos líderes entrevistados, o coletivo é fruto de afinidades, de encontros de militância: “esse é o mundo que construímos aqui perto, é a nossa sala de estar coletiva”. De certa forma, “a RDA69 é o nosso partido”.

Incidir em questões de interesse público e contribuir com mobilizações a partir de espaços autônomos, geridos comunitariamente, é o que vemos também no *Sítio Eriazo - Taller autogestionado de artes y oficios*, em Valparaíso, Chile. Construído a partir de 2012 com o apoio técnico de universidades e a contribuição voluntária de estudantes e residentes, o *Sítio Eriazo* (terreno baldio, em tradução literal) é um espaço físico aberto no qual se realizam atividades variadas, com destaque ao aprendizado de ofícios profissionais (marcenaria, mecânica, artes manuais), espetáculos artísticos (teatro, música, dança, artes circenses), encontros de cultura (oficinas de leitura, escritura e oralidade, aulas de inglês e cinema), alimentação e recreações (bingos, festas, esportes de salão), muitas delas direcionadas a crianças. Somam-se ainda feiras de troca e ações de saúde, incluindo terapias naturais, alimentação orgânica e reciclagem. Há também um canal de rádio e podcasts. O *Sítio Eriazo* ganhou impulso na esteira do *Estallido Social* de 2019, a partir do qual se criaram assembleias territoriais e se desenvolveram iniciativas comunitárias de sobrevivência e garantia de qualidade de vida, com um sentido de resistência popular que alia ações concretas à participação em grandes mobilizações cívicas. Ele serve de ponto de afluência da comunidade, de debates e deliberações (em assembleias semanais) com respeito ao bairro e às políticas urbanas. O espaço é declarado livre de álcool e as refeições coletivas são veganas (Gómez *et al*, 2023a).

Um terceiro exemplo vem de jovens universitários, parte deles cursando graduações em ciências humanas, na *Université Catholique de Louvain*, Bélgica. O *Mundo Kot* é um dos vários grupos de estudantes que coabitam em apartamentos (o *kot*) da Universidade, assumindo um projeto social dirigido principalmente ao público universitário. Esse sistema, de *Kots-à-Projet* (KAPs), foi criado há décadas pela Universidade, funcionando em cogestão com os *Kapistas*, que tocam colegiadamente seus projetos e nomeiam representantes para,

entre outras funções, deliberarem sobre a renovação dos KAPs, avaliando os projetos anualmente (Derreumaux, 2018). O *Mundo Kot* nasceu em 2002, revezando-se seus membros à medida que iniciam e concluem os estudos. O projeto também se atualizou ao longo dos anos: hoje, está centrado nos valores da solidariedade mundial, da dignidade humana, da equidade e da sustentabilidade, dando suporte à convergência de lutas e à transição social e ecológica. O projeto questiona a noção corrente de desenvolvimento e tematiza questões globais atinentes às desigualdades, às relações de dominação, ao neocolonialismo e ao modelo econômico ocidental. Esses temas são veiculados em ações de sensibilização, tais como o Altercinema, as conferências “Aperitivos do saber”, a Feira de associações, o Dia da Solidariedade e as caminhadas decolonialistas (visitas a lugares históricos no país, com guia e comentários críticos sobre sua edificação, a passagem de colonizadores etc.). Por coerência entre discurso e vida prática, o *Mundo Kot* é vegetariano e dá preferência ao consumo de produtos locais. Em boa medida, os temas das monografias de fim de estudos dos seus membros versam sobre questões efetivas, práticas, relacionadas à temática de fundo do KAP.

Produção e Consumo Responsável (CONS) é um tema focalizado sob vários ângulos pelos coletivos, juntamente com atividades de denúncia e conscientização: produção agroecológica, emprego de matérias-primas orgânicas, recuperação e reciclagem de artigos em desuso, adoção de meios de transporte e energias limpas, comércio justo e moedas sociais.

Um caso exemplar é o panifício *Pan dal Des*, fundado em 2022 na cidade de Udine, Itália. O panifício constitui o elo final de uma cadeia produtiva que liga agricultores a consumidores finais de produtos derivados do trigo, utilizando de ponta a ponta métodos produtivos naturais, agroecológicos e sustentáveis. Formalmente, *Pan dal Des* é uma cooperativa de trabalho, resultante da união de associações de agricultores, pesquisadores, ativistas e gestores públicos. Sobrevive em um mercado competitivo com base em princípios cooperativos de direção e gestão, de dignidade no trabalho, de alimentação agroecológica e de múltiplos engajamentos. Com foco na reparação social, acolhe pessoas em dificuldade para trabalhar, incluindo casos de privação de liberdade. A produção não consumida é entregue a associações de inclusão social e a pessoas carentes. No âmbito da sustentabilidade ambiental, uma das ações é conceder descontos em certos dias para quem

vem ao panifício em bicicleta. E para provar a qualidade dos pães, se sugere ao consumidor que não coma de imediato, mas nos dias seguintes, sem pressa (Piani *et al.*, 2019).

Com o lema “A saída é coletiva”, o *Colectivo Solidário* é também uma cooperativa de trabalho, com não mais de seis membros, dedicada à comercialização de produtos naturais em Buenos Aires, Argentina. O coletivo teve início em 2010, por iniciativa de jovens universitários já organizados anteriormente como consumidores associados. Com dois pontos físicos, dispositivos de venda online e participação regular em feiras de comercialização solidária, oferece uma gama de produtos alimentícios, cosméticos e de limpeza. Seu propósito é gerar interconhecimento e enlaces entre produtores (em geral, organizados em cooperativas) e consumidores, favorecendo relações comerciais significativas, acima do padrão utilitarista habitual, com base nos princípios do comércio justo. O *Colectivo Solidario* fomenta grupos de compras, realiza eventos de conscientização, toma parte de atividades acadêmicas e de debates, locais e internacionais. Exerce um papel de referência no campo das comercializadoras solidárias da região metropolitana de Buenos Aires (Laborda, 2020; Olvera, 2021).

Com um gênero de atuação ligeiramente diferente, *Ethi'kdo* é uma cooperativa de comercialização de brindes e objetos, oferecendo um cartão (ou vale-presente) multimarcas, direcionado a produtos ecológicos e solidários. Ativo desde 2019, em Paris, seu foco é o consumo responsável, ou seja, de artigos de segunda mão, “lixo-zero”, do comércio justo, de consumo com impacto positivo etc., “mais respeitoso dos seres humanos e do meio ambiente”. O cartão permite a aquisição via internet de incontáveis produtos ecológicos ou socialmente responsáveis, a compra em lojas físicas credenciadas como de comércio ético e a opção de fazer doações a “associações de interesse geral”. A cooperativa oferece igualmente um vale-presente direcionado a restaurantes ecológicos ou vegetarianos. Cuidados com o impacto ambiental envolvem a escolha das matérias-primas usadas na confecção do cartão, segundo o princípio “zero plástico”. Há uma política de seleção dos parceiros, que assinam uma carta de compromissos – entre eles, o de *não* promover descontos na Black Friday. A rede de produtores e comerciantes agregados estende-se às regiões metropolitanas na França, cobrindo também algumas zonas rurais. A cooperativa realiza ações filantrópicas em apoio a iniciativas de economia social e solidária, ou afins. Ao *Ethi'kdo* foi atribuído o Troféu da Economia Social e Solidária da Cidade de Paris.

No campo da Cultura e Artes (CULT), atua o *Teatro del Barrio*, já citado, além de vários outros coletivos teatrais (Marques, 2021). Voltando ao *ecossistema* de Garopaba, Brasil, encontramos o *Coletivo Das Flor*, fundado originalmente em Porto Alegre, em 2010. A iniciativa reúne artistas, professores de artes e pessoas ligadas à cultura, atuando em parceria com variadas entidades (poder público, centros comunitários, espaços culturais e universidades). O intuito é praticar uma arte engajada, fazendo do teatro e das artes um instrumento de cidadania, conscientização e emancipação de adultos e crianças. Entre suas atividades, contam-se espetáculos teatrais e musicais, oficinas de artes, dinâmicas de leitura, vivências e produção de documentários. Destacam-se uma escola de teatro, com aulas regulares, e um clube de leituras, por algum tempo sediados no *Instituto Ser Humano Surf*, antes mencionado. Temáticas de fundo social que orientam as atividades vão das ancestralidades (povos originários, indígenas etc.) a questões ambientais (defesa da baleia franca etc.). Vários programas direcionam-se a mulheres, cuja predominância é notória, alguns círculos de leitura havendo incluído autoras como Bell Hooks, Djamilia Ribeiro e Clarissa Estés.

O *Centro Cultural El Colectivo*, em atividade desde o ano 2000 em Buenos Aires, se propõe a ser um espaço cultural alternativo de produção, formação e difusão artística, por meio de inovações nos planos pedagógico, artístico e humano. Organizado como uma cooperativa cultural, agrupa artistas e professores. Oferece várias oficinas e cursos de formação em música, canto, teatro (com uma trupe própria: "*El Colectivo*"), pintura, desenho e cerâmica, algumas atividades direcionando-se a crianças. Realiza também concertos musicais e peças teatrais, além de exposições. Uma "*peña interdisciplinar*" mensal é destaque, como espaço de intercâmbio social e cultural, na qual se promove a sociabilidade, "encontros casuais propiciadores de novos projetos", e se valoriza os estudantes de teatro e artistas formados pelo coletivo, alguns deles já profissionalizados. O *Centro Cultural El Colectivo* está integrado ao bairro, participando de seus eventos, oferecendo espaço para artistas locais se apresentarem ou desenvolverem atividades geradoras de renda, além de possuir uma biblioteca, de acesso público. Há colaboração com organizações locais similares e intercâmbios à distância, inclusive com o exterior, a exemplo da França e Itália. Evita entrar na lógica dos editais e subsídios públicos, em nome da autonomia decisória do coletivo e de sua independência financeira.

As questões ligadas à transição ecológica, nas quais se insere o eixo de Ecosustentabilidade (ECO), são um dos focos mais frequentes dos coletivos, em diversos países. Vários *Kots-à-Projet* da *Université Catholique de Louvain* elegeram essa temática: *Jeunes et Nature*, idealizado em 1993 como um projeto de respeito e valorização da flora e fauna; *Kotextile*, de 2019, dedicado ao comércio de roupas de segunda mão e a ateliês formativos de recuperação e renovação de peças usadas, com base em uma visão crítica da indústria têxtil, do consumismo e do desperdício de bens e materiais; *Kap Vert*, promovendo desde 2007 a alimentação sustentável, entendida como biológica, vegetariana, local e da estação; *Planète Terre*, de 2013, voltado à proteção do planeta e à defesa de um tipo de desenvolvimento social e ecologicamente responsável.

De um lado, nessas iniciativas fica estampado o interesse da juventude por esses temas, assim como o espírito geral dos coletivos, de incidirem em questões globais por meio de ações locais efetivas. O *Planète Terre* ilustra-o: faz campanhas e providencia copos reutilizáveis que substituem os copos de plástico descartáveis, no recinto universitário; em festas e eventos, presta assessoria na gestão de resíduos; promove uma corrida ecológica em rotas em que há resíduos, para que sejam recolhidos pelos participantes; realiza oficinas de economia doméstica, de preparação de alimentos, cosméticos e materiais de limpeza naturais. De outro lado, observa-se uma evolução das causas e pautas de ação: o primeiro KAP citado, *Jeunes et Nature*, nos anos 1990 tinha como foco o conhecimento e a apreciação da natureza, organizando caminhadas guiadas ao ar livre; agora, a primazia é a proteção do ambiente natural. Antes, predominavam estudantes de biologia e bioengenharia, enquanto hoje o KAP é levado à frente por estudantes de economia, ciências políticas, direito e outras formações.

Permanecendo no ambiente universitário, encontramos o coletivo *Etu'Récup*, em Bordeaux, França. Sua missão compreende a redução de resíduos, a luta contra a precariedade e a promoção de modos sustentáveis de consumo e mobilidade. Formalizado em 2014 como associação sem fins lucrativos, o coletivo se alinha às ações que vimos acima: recuperação e venda de artigos usados (recebidos por doações e direcionados a estudantes estrangeiros que chegam ao campus da *Université de Bordeaux*, principalmente), destacada ênfase em bicicletas (conserto via peças a baixo custo, formações em mecânica básica, venda e aluguel de bicicletas a preços baixos), oficinas de formação à cidadania e atividades de sensibilização, incluindo eventos de referência no campus. *Etu'Récup* busca ainda favorecer a

integração entre gerações (jovens, adultos e velhos) e entre a população universitária e aquela circundante, desfazendo possíveis elitismos culturais e preconceitos de classe.

Outro exemplo de atuação no eixo Ecosustentabilidade situa-se em São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, Brasil. Lá, temos a *Associação Planeta Gostoso*, uma iniciativa de moradores em defesa do meio ambiente e da preservação das belezas naturais do município; especialmente, mulheres preocupadas com problemas ambientais potencializados com o crescimento rápido e não planejado da cidade. A situação teria ficado crítica em 2016, com a superlotação das lixeiras e a presença de animais domésticos soltos, somando-se ao fato de que o município produz muito mais resíduos do que outros com população equiparável, em função do boom turismo recente e da má qualidade da água, que impõe o uso de garrafas plásticas. Após um projeto mal sucedido de coleta seletiva e reciclagem (Cardoso Jr., 2019), um grupo de ativistas se mobilizou em torno de uma pauta mais ampla, envolvendo saneamento, água e outros temas. Desde 2019, as atividades se multiplicaram: formação e treinamento em escolas; mutirões de limpeza nas praias; ações de sensibilização no Dia Nacional da Educação Ambiental e na Hora do Planeta (desligar as luzes), entre outras datas; oficinas de capacitação sobre compostagem orgânica e plantas comestíveis não convencionais; aquisição e disseminação do uso de ecobags; construção de ecopontos para descarte de pilhas e baterias; participação em debates sobre drenagem das águas das chuvas, saneamento básico e plano diretor. O trabalho da Associação conta com parcerias e apoios, mas é basicamente voluntário e não remunerado.

Outros coletivos se dedicam à valorização de etnias subjugadas pela dominação ocidental de povos não europeus que viviam em continentes colonizados, ou foram desterrados à força e obrigados a submeter-se à escravidão e formas de opressão similares. Sua luta é pelo reconhecimento e defesa dessas populações, de suas culturas e territórios, o que na pesquisa deu origem ao foco Etnias e Direitos Ancestrais (ETNIA).

Em Porto Alegre, uma dessas iniciativas é o *Coletivo Afro Aya*, em atividade desde 2021, liderado por mulheres negras de bairros periféricos da cidade. Sua atividade econômica é a produção e comercialização de artesanato (panôs, quadros, ecobags, bijuterias e outros artigos), mas seu intuito é resgatar e divulgar referências ancestrais e valorizar culturas e

cosmovisões de origem africana através da simbologia *adinkra*,¹⁹ utilizada nas peças. As integrantes são artesãs de diversos ramos, escritoras, poetisas e profissionais do teatro. O *Afro Aya* participa de feiras, como as da economia solidária, inserindo-se também em iniciativas de “empreendedoras negras”. Suas integrantes militam em vários movimentos e redes, participando de pautas e agendas relacionados ao antirracismo e ao feminismo, ao lado do foco na ancestralidade. O coletivo também agiu várias vezes em apoio a pessoas, grupos e iniciativas afins.

Em linha de atuação convergente, o *Maracatu Nação Noronha* promove ensaios e apresentações de maracatu, funcionando como um elo de convivência entre residentes locais e pessoas vindas do continente para trabalharem no arquipélago Fernando de Noronha, Brasil. Além do entretenimento e desenvolvimento artístico propiciado pela batucada, com loas e músicas de conteúdo engajado, o coletivo é um espaço de acolhimento, encontro, ajuda mútua e proteção. As pessoas são recebidas indistintamente de seus credos religiosos, identidades e preferências afetivas, raças e classes sociais. O coletivo se faz presente no Dia da Mulher, naqueles alusivos às pessoas LGBTQIA+, em atividades de defesa da natureza ou de conteúdo antirracista e contra violências. “Maracatu é saúde mental”, diz sua coordenadora, que vê a iniciativa como um seguimento da herança deixada pela líder fundadora, um modo de resgatar e preservar a história do arquipélago, valorizando a população original e os “personagens esquecidos pela história oficial”.²⁰

A expressão *Nova Enseada* designa uma pequena comunidade caiçara que mantém práticas de mutirão e ajuda mútua, bastante enraizadas em seu território, na Ilha do Cardoso - região de proteção ambiental no litoral sul de São Paulo, com restrições à ocupação humana. Em 2010, organizou-se um grupo de mulheres para trabalhar com princípios de economia solidária e gestão compartilhada, em duas frentes principais: de confecção sustentável, utilizando descartes de redes de pesca para fabricar roupas e acessórios; e de turismo de base comunitária, sobretudo via recepção de escolas para vivências culturais. A

¹⁹ O termo *Aya* faz parte da simbologia *adinkra* (proveniente de Gana e Benin, representando conceitos ou aforismas) e significa *samambaia*, planta associada às ideias de resistência e ousadia em culturas ancestrais da África.

²⁰ A iniciativa decorreu do trabalho de preservação e valorização da história e da cultura de Fernando de Noronha, obra da líder ativista Dona Nanete (Ana Martins da Costa). Sua atuação foi valorizada pela Unesco, que lhe outorgou o título de Embaixatriz da Cultura. Isto favoreceu o decreto que reconheceu Fernando de Noronha como Patrimônio Mundial Natural da Humanidade, em 2001.

pesca e secagem de peixe, tradicional na economia dos ribeirinhos, também se revigorou, valorizando-se a partir daí o trabalho feminino. Em 2015, sob liderança das mulheres, criou-se a Associação dos Moradores da Comunidade, que passou a organizar a vida comunitária, atuando também no Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale da Ribeira, entre outros movimentos. Uma mobilização importante, em 2017, resultou na transferência da comunidade para uma nova área - a *Nova Enseada* – já que a anterior ficaria seccionada da ilha com o avanço do mar. A missão declarada da *Associação Nova Enseada* é “lutar pela igualdade social, o fortalecimento feminino e pelos direitos do reconhecimento e importância dos povos tradicionais.” Sua atuação econômica vincula-se a uma cooperativa regional, mas tem compreendido também assistência material a populações flageladas, como ocorreu durante a pandemia do Coronavírus (Yamaoka, 2019; Nabhan, 2021).

DO FEMINISMO AO VEGANISMO

Feminismo e Igualdade de Gênero (FEM) é tema de atuação de vários coletivos, com perspectivas e nuances diversas, sem contar situações que decorrem naturalmente da presença ativa de mulheres em coletivos que, não tendo esse propósito específico, de algum modo o incorporam. Ficaremos, porém, em dois exemplos, como aliás será feito daqui em diante, dados nossos limites de espaço. Presumimos que o estilo ativista dos coletivos esteja se delineando à medida que os casos se sucedem, pese à pluralidade de propósitos e as muitas formas de realizá-los diante de circunstâncias as mais variadas.

O primeiro caso, *Desmontando a la Pili*, é uma cooperativa de mulheres fundada em 2010, em Zaragoza, Espanha. Sexólogas com diferentes formações, elas entendem a sexualidade como parte integral do desenvolvimento das pessoas e oferecem sessões de terapia sexual, grupos de entreajuda e artigos eróticos alternativos ao mercado, com o lema “consumo responsável até na cama”. Seu objetivo é dar suporte às pessoas, especialmente mulheres atingidas pela violência masculina, para que disfrutem de uma sexualidade baseada na diversidade, no respeito, no prazer e na saúde. A *Pili* (de Pilar, nome feminino associado aos costumes de gênero mais conservadores do país) evoca tudo o que foi interiorizado para sacramentar a submissão das mulheres, como tabus, recalques sexuais e frustrações afetivas. Daí ser necessário seu desmonte, por meio de jogos, reuniões tuppersex, oficinas e, sobretudo, mútua-ajuda entre mulheres dispostas a emancipar-se da cultura sexista e opressiva reinante. Por sua postura destemida e sua abordagem singular, esse coletivo foi

premiado num dos congressos nacionais das Redes de Economía Alternativa y Solidaria da Espanha.

O coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero - EIG, ativo desde 2015, é uma associação ecumênica de mulheres evangélicas. Dedicase sobretudo ao acolhimento e orientação de mulheres atingidas pela violência de gênero. Oferece cursos, material didático e formações gratuitas, e realiza campanhas de solidariedade, de arrecadação de alimentos etc. O EIG toma parte de debates públicos mesmo em temas tabus, como direitos reprodutivos e aborto. Comparece também no espaço acadêmico, publicando livros e artigos. Sua atuação se faz em redes, com coletivos e organizações afins, ao lado de articulações com setores progressistas das Igrejas. Há grupos EIG em várias cidades do Brasil, a partir do seu núcleo inicial, em São Paulo. O EIG dá suporte a movimentos sociais, como o de mulheres negras e aqueles ligados a pautas feministas (Martins, 2020; Scapini, 2021).

Voltando à sequência da Figura 1, nos deparamos com coletivos dedicados a propósitos variados de igual importância, conforme se pôde depreender da análise. Entre eles, com Focos Múltiplos Equivalentes (MULT), destaca-se uma iniciativa de décadas atrás, depois difundida e replicada em várias províncias do Japão e em alguns países da Ásia: o Projeto Nanohana. Ele deve sua origem, em 1976, ao ativismo de uma comunidade rural em Kyoto (sede dos conhecidos “Tratados de Kyoto”, de 1997), preocupada com a degradação do lençol aquático e suas causas, assentes num modelo de desenvolvimento baseado em agricultura intensiva, indústrias movidas a energias não renováveis, consumo conspícuo, desperdício e acúmulo de resíduos ao longo da cadeia econômica. Além disso, lhe chamava atenção o enfraquecimento dos laços sociais e da vida comunitária, valores que não se poderia perder. As ações foram multiplicando-se nessas várias frentes, com prioridade às comunidades, fortalecidas com sistemas participativos, e à transição a outro tipo de economia, processo no qual a substituição de lavouras de arroz pelo cultivo da canola (nanohana é o nome de sua semente), fonte de óleo e biodiesel, tornou-se basilar. O projeto foi multiplicando suas atividades e constituindo um exemplo de economia circular (Nanohana Project Network, 2013).

Propósitos simultâneos podem orientar a atuação dos coletivos em um determinado setor econômico. Señoritas Courier, de São Paulo, desde 2018 presta serviços de ciclologística, entregando encomendas exclusivamente em bicicleta, com três finalidades: gerar renda e proteger o trabalho contra os efeitos aviltantes da lógica das empresas de

plataforma; valorizar suas integrantes, mulheres e pessoas LGBTQIA+, em um setor laboral masculino e misógino; promover o uso de meios de transporte amigáveis, para o meio ambiente e o convívio humano. O coletivo paga mais do que os Apps pelo serviço de entrega. Mas o propósito de garantir boas condições de trabalho levou-o a adotar uma política *slow* de entregas, com preferência para serviços agendados, planejamento das rotas e não estipulação de tempos máximos para atender os pedidos. Isso redundou numa seletividade dos clientes, dando-se preferência a empresas ou iniciativas socialmente engajadas em políticas afirmativas e a produtos leves, como cosméticos, flores, livros e documentos. Sua pauta social e política é ampla: além de valorizar a bicicleta, oferece cursos de mecânica, apoio a passeios de bike, rodas de conversa e debates sobre ciclismo, ciclovias, cooperativismo de plataforma, condições de trabalho, saúde e educação. Também se faz presente em matérias de imprensa e programas de TV, tendo elaborado vídeos e materiais de divulgação nas quais as questões de gênero, trabalho decente, inclusão social e digital, são centrais (Reck, 2022; Salvagni, Silva e Veronese, 2023).

A crítica ao sistema e o desejo de experimentar possibilidades de viver de outro modo, numa lógica de dissensão e contraposição, motiva alguns coletivos a desenvolverem propostas e práticas de Modos de Vida Alternativos (MVA). SlowLab é um coletivo de Barcelona, fundado em 2022 por três mulheres engajadas na discussão e promoção de novos estilos de vida, em particular o paradigma *slow*, articulando-o a tecnologias de baixo impacto e custo, *low-tech*, para evitar dependência tecnológica e recuperar saberes tradicionais. Com atividades de sensibilização e ensaios práticos, relacionados a plantas, alimentação, viagens e energia, os projetos são desenvolvidos e apresentados de forma lúdica e atraente.²¹ O propósito é disseminar a viabilidade e os benefícios de modos de vida mais resilientes. Os dispositivos técnicos em geral são fabricados por outros coletivos ou empresas de inovação, mas sua integração a atividades didático-pedagógicas, por meio de eventos e cursos, com fins de demonstração e aprendizado, é feita pelo SlowLab, com apoio de organizações e voluntários. Busca-se propiciar uma experiência, econômica, política, ética e estética, tátil e ao mesmo tempo heurística.

²¹ A título de exemplo, o *Solar Brunch*, substituindo uma capacitação convencional sobre *low-energy*, oferece soluções domésticas e práticas de economia de energia e de alimentação natural (*slow cooking*), como um liquidificador movido a pedal de bicicleta e um forno solar (<https://slowlab.webflow.io/work/solarbrunch>).

Ecovilas e comunidades intencionais, em muitos casos identificáveis como coletivos, são por excelência lugares em que se idealizam e materializam modos de vida alternativos. No Equador, Durga's Tiger Land²² se identifica com o Bem-viver, configurando-se como um projeto ecológico (baseado em permacultura), acoplado a um centro holístico (educacional e de cura) e, ainda, a uma ecovila em implantação. Iniciado em 2022, tenciona propiciar um modo de vida com base nos conhecimentos, práticas e terapias do yoga, do tantra e do xamanismo, entre outros. Propõe-se igualmente a uma vida em respeito e harmonia com a natureza e todos os seres vivos (cozinha vegana, proibição de maus tratos a animais, bioconstrução etc.), assim como em relação às populações locais, com as quais procura integrar-se e criar parcerias. Advoga a total indiscriminação social, no horizonte de uma vida em comunidade compatível com o reconhecimento das individualidades. O conceito de referência, quanto ao modo de deliberação e gestão, é a sociocracia, baseada em consensos. Como outras ecovilas, Durga's Tiger Land é filiado a várias redes internacionais.

Seremos mais breves a seguir, limitando as exemplificações, a começar pelo eixo de Reparação social e Geração de Renda (RSGR), que inclui ações de proteção contra a violência, assistência psicossocial, segurança alimentar, capacitação laboral, geração de trabalho etc. Nesses casos, é comum que o ativismo dos coletivos, benevolente, se dê em benefício de terceiros, sem recair em paternalismos e situações de dependência. Mas é igualmente comum que as pessoas com necessidades de renda e assistência despertem ou fortaleçam o seu protagonismo, organizando-se elas próprias em coletivos, às vezes com o suporte de pessoas e organizações externas.

Desde 2018, temos em Valparaíso, Chile, a experiência do Ciclo Colabora, uma pequena empresa que comercializa presentes corporativos e produtos publicitários, fabricados artesanalmente por mulheres, com base no trabalho associativo e na gestão coletiva do negócio. O propósito é impulsionar o trabalho das mulheres, inserindo-as no mercado de empresas que tenham compromisso com a região e se disponham a valorizar o artesanato local. Depoimentos das integrantes do coletivo destacam a autonomia de que dispõem na organização do trabalho, o cuidado mútuo que as fortalece, o seu crescimento

²² *Durga* é um termo polissêmico do hinduísmo, que se refere a entidades sagradas, à encarnação do feminino e à energia criativa.

pessoal e as melhoras no processo produtivo. Ciclo Colabora está integrado a redes desse segmento produtivo e também a iniciativas feministas. Tem recebido capacitação e assistência técnica de uma ONG, em conjunto com Universidades (Gómez et al., 2023b).

Passando a outro ambiente e dinâmicas de atuação, um segmento flamante do ativismo contemporâneo tem sido os coletivos ou comunidades hacker, associadas ao eixo Software e Internet Livres (SFL) da Figura 1. Não faltam exemplos e literatura a respeito (Blum e Ebrahimi, 2007; Burtet, 2014), inclusive quanto ao fato de operarem com uma ética própria e princípios contrapostos à lógica de mercado (França Filho e Aguiar, 2014; Lallement, 2015).

Um caso de referência é Noisebridge, em San Francisco, US, fundado em 2007 por pessoas insatisfeitas com as vias convencionais que o mercado oferecia a esse ramo de atividades profissionais. Criaram então um espaço físico aberto, compartilhado e colaborativo, com infraestrutura para programação, desenvolvimento de softwares, ferramentas computacionais, robótica e afins, sobre o qual há estudos (Bosqué, 2015) e uma obra de referência (Lallement, 2015). O coletivo declara sua inspiração anarquista, relacionada ao princípio de autogestão e auto-organização de cada integrante e do coletivo em si. Partilha e ajuda mútua são centrais, havendo apenas uma regra geral – “Be excellent to each other” – da qual derivam acordos e uma série de normas e procedimentos detalhados. Existe um conselho de direção, cargos administrativos e líderes de projetos específicos, mas evitam-se chefias e níveis hierárquicos. O coletivo reúne-se semanalmente para deliberações e providências, as mais importantes por consenso e igualdade de voto. Visitantes são acolhidos indistintamente, beneficiando-se de assessorias e auxílios. O coletivo ainda oferece aulas gratuitas sobre diversos assuntos ligados ao universo hacker e oferece variadas publicações a respeito. Pioneiro, teve um papel relevante na disseminação do espírito hacker e na criação de espaços semelhantes em vários países.

Concluiremos esse panorama da atuação social e política dos coletivos com um exemplo de ativismo recente, de promoção do Vegetarianismo e Veganismo (VEG): El Fogón Verde, um restaurante agroecológico, vegetariano e cooperativo, em atividade desde 2016. Situado no centro de Madrid, oferece um cardápio vegetariano e ecológicos (pratos, bebidas, temperos) de fornecedores locais, preferencialmente associações e cooperativas. Além dos clientes individuais, presta serviços de catering em eventos de economia social e solidária ou de outros coletivos e movimentos. Está registrado como uma sociedade laboral limitada

(SLL), formato em que a maior parte do capital pertence aos trabalhadores diretos da empresa. Sua carta de princípios destaca seus valores e compromissos com a comercialização justa, a biodiversidade, a soberania alimentar, o apoio à agricultura familiar, a luta contra o desperdício. Esses temas são vinculados transversalmente ao feminismo, considerado vital para intentos de mudar a sociedade. Segundo um dos líderes, chef do restaurante, os vínculos com outras iniciativas congêneres (uma cooperativa fornece energia elétrica ao restaurante) foi essencial à sobrevivência em momentos críticos, ao passo que o bom desempenho da cozinha se deve a um método de diálogo permanente da equipe e a um sistema de decisões em que se busca o consenso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No corpus principal da pesquisa, há outros restaurantes semelhantes ao El Fogón Verde, com enfoques e dinâmicas ligeiramente diferentes; da mesma forma, em relação aos demais tipos de atuação já comentados. Sem prolongar sua análise, por razões de espaço, esperamos que a forma de atuação peculiar dos coletivos, assim como o fato de corresponderem às características comuns apontadas na seção 1, tenham ficado visíveis. Sobretudo, a tendência a abordarem questões da sociedade em compasso com movimentos e mobilizações sociais, ao mesmo tempo em que desenvolvem projetos próprios, nos quais buscam efetividade. Assim, conjugam uma lógica de confronto, de contraposição à ordem vigente, a seus defensores e representantes, a uma lógica de construção alternativa, pela qual se constituem em agentes do que preconizam. Transitam “do protesto à proposta, da utopia aos experimentos” (Souza, 2018, p. 9), como atores de uma “política prefigurativa” (Monticelli, 2022). Ademais, ao guardarem uma visão sistêmica dos problemas, assumem focos primordiais de atuação sem seccioná-los de outras questões e pautas conexas. Como vimos, coletivos de alternativas de mídia incidem sobre inúmeras causas, incluindo direitos ancestrais, enquanto coletivos dedicados ao veganismo incorporam enfoques e agendas feministas.

Essas incidências e intersecções variam ao longo do tempo: alguns focos de atuação datam dos anos 1970, como Modos de Vida Alternativos (MVA), Cidadania e Democracia (CID), Produção e Consumo Responsável (CONS) e Ecosustentabilidade (ECO), sendo de notar que os dois últimos reaparecem em novos coletivos ao longo de todo o período

estudado; o foco em Feminismo e Igualdade de Gênero (FEM) desponta nos anos 2000 e daí em diante se multiplica em vários coletivos; Vegetarianismo e Veganismo (VEG) é o foco mais recente, mantendo-se constante desde 2015. Tomando outra linha de análise, nesse último foco a presença de mulheres é significativa, assim como no eixo Etnias e Direitos Ancestrais (ETNIA,) em CID e em ECO, citados acima, além dos coletivos feministas (FEM), naturalmente; já a presença de homens se faz notar no foco Software e Internet Livres (SFL), no qual predominam, e nos coletivos direcionados a Modos de Vida Alternativos (MVA), sobretudo no segmento de ecovilas.

Aprofundar essas e outras questões seria recomendável em estudos sobre o ativismo social contemporâneo. Há ainda outros temas, como as relações entre os coletivos e o Estado, assunto que tem justificado estudos específicos (Marques, 2022). De resto, sob os prismas que pudemos explorar nesse texto, os resultados da pesquisa convergem com estudos anteriores acerca do engajamento social e político de empreendimentos de economia solidária, organizações socioeconômicas igualmente voltadas à busca de alternativas (Gaiger, 2020a).

Uma análise dos dados do primeiro mapeamento nacional da economia solidária no Brasil (Gaiger, 2012) concluiu pelo seu caráter proativo, sua tendência a multiplicar e articular pautas e frentes de atuação. Ademais, as reivindicações dirigidas à sociedade e à política (direitos, igualdade, democracia) refletem-se na prática interna dos empreendimentos (igualitarismo, decisões por consenso, autogestão). Atuações extra e intramuros se conjugam, de forma similar ao observado nos coletivos de ação. Essa valorização da coerência entre o que se faz, individualmente e dentro dos espaços de autonomia coletiva de que se dispõe, e o que se defende publicamente, para o conjunto da sociedade, constitui uma das marcas peculiares do ativismo contemporâneo, ou do alterativismo, conforme tematizado por Geoffrey Pleyers (2010; 2017; 2018).

A ênfase na ação direta, em viver a democracia e a justiça na prática, no que estiver ao alcance, foi um dos pontos salientes de um estudo posterior, desta feita sobre os dados do segundo mapeamento nacional da economia solidária no Brasil (Gaiger, 2020b). Os empreendimentos solidários veiculam uma noção de bem público, que conectam com seus assuntos cotidianos, afastando-se de motivações utilitaristas ou corporativistas. Ao mesmo tempo, defrontam-se com uma hipertrofia da política e seus mecanismos de cooptação de indivíduos e dominação da sociedade civil (Gaiger, 2020b, p. 4-5). Da mesma forma, os

coletivos de ação desejam não reeditar essa lógica, não se deixar instrumentalizar, o que explica seus afastamentos das esferas de poder (mesmo confrontando-as), sua postura em vários casos dissidente das instituições políticas. Por isso, preferem também conexões flexíveis, revogáveis, e redes horizontais, de acordo com as circunstâncias. Como se buscou salientar nos três casos trazidos à baila na Introdução desse texto, o propósito essencial dos coletivos, em suma, é criar espaços de vida em que seja possível agir e viver de outro modo. Talvez assim, na hipótese de alcançarem a ressonância social que almejam, renovem a ética de militantes e ativistas, realimentando o “ethos movimentalista”, destacado em trabalho referencial sobre as iniciativas da sociedade e a participação política (Doimo, 1995).

REFERÊNCIAS

- ASARA, Viviana. The Indignados as a socio-environmental movement: framing the crisis and democracy. *Environmental Policy and Governance*, n. 26, p. 527-542, 2016.
- ASARA, Viviana; GIORGIOS, Kallis. The prefigurative politics of social movements and their processual production of spaces: the case of the Indignados movement. *Environment and Planning C: Politics and Space* online, 2022.
- BLUM, Guillaume; EBRAHIMI, Mehran. Impact d'une culture sur les modes d'organisation dans une communauté virtuelle : une étude ethnographique de la communauté du logiciel libre Ubuntu. *Congrès Les Sciences de la gestion et la question de la liberté*. HEC-Montréal, 9-10, p. 220-237, 2007.
- BOSQUÉ, Camille. Enquête auprès des FabLabs, hackerspaces, makerspaces : le dessin comme outil d'observation. *Techniques et Culture*, n. 64, p. 168-185, 2015.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. 'OpenMovements': uma plataforma para a sociologia pública e global. *Social Dialogue* [português], v. 14., n. 1, p. 26-28, 2024.
- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais; os polos da prática metodológica*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- BURTET, Cecília. *Os saberes desenvolvidos na prática em um hackerspace em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- CARDOSO Jr., Otomar. "Recicla gostoso": o papel da educação ambiental na coleta seletiva de São Miguel do Gostoso (RN). *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 14. n. 1, p. 295-315, 2019.

- DERREMAUX, Pauline. *Immersion dans les kots-à-projet de Louvain-la Neuve*. Master en Sciences de la Population et du Développement. Université Catholique de Louvain, Louvain-la-Neuve, 2018.
- DOIMO, Ana. *A vez e a voz do popular; movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / ANPOCS, 1995.
- FARIA, Flávia. Ativismo, instituição e repertório autonomista: uma etnografia sobre coletivos políticos. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 20, p. 177-198, 2020.
- FRANÇA FILHO, Genauto; AGUIAR, Vicente. Um trabalho a troco de nada? A ação de uma comunidade de hackers à luz da teoria da dádiva. *Sociologias*, v. 16, n. 36, p. 104-142, 2014.
- GAIGER, Luiz. A presença política da economia solidária: considerações a partir do primeiro mapeamento nacional. In: LEITE, Márcia; GEORGES, Isabel (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume, p. 289-321, 2012.
- GAIGER, Luiz. *A descoberta dos vínculos sociais. Os fundamentos da solidariedade*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2016.
- GAIGER, Luiz. A reciprocidade e os coletivos de auto-organização da vida comum; uma resposta ao capitalismo de crise. *Revista Outra Economia*, v. 13, n. 24, p. 3-24, 2020a.
- GAIGER, Luiz. Economia solidária, ativismo sociopolítico e democracia. *Cadernos do CEAS - Revista Crítica de Humanidades*, v. 45, n. 249, p. 83-110, 2020b.
- GAIGER, Luiz. O protagonismo autonomista dos novos coletivos de ação. In: DOWBOR, Monika; OLIVEIRA, Gustavo (orgs.). *Movimentos sociais e autonomias. Imaginação, experiências e teorias na América Latina*. Marília: Lutas Anticapital, p. 125-163, 2023a.
- GAIGER, Luiz. A função basilar da reciprocidade na economia solidária. *Cadernos do CEAS – Revista Crítica de Humanidades*, v. 48. n. 8, p. 28-48, 2023b.
- GAIGER, Luiz. Modelos de reciprocidade nos novos coletivos de ação. *Outra Economia*, v. 16, n. 29, p. 249-270, 2023c.
- GAIGER, Luiz et al. *A economia solidária no Brasil. Uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- GAIGER, Luiz; KUYVEN, Patrícia. Economia solidária e trajetórias de trabalho. Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 103, p. 1-18, 2020.
- GOHN, Maria. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.
- GOHN, Maria. Marcos referenciais teóricos que têm dado suporte às análises dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil – 1970-2018. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 14, p. 5-33, 2018.

GOHN, Maria, PENTEADO, Cláudio; MARQUES, Marcelo. Os coletivos em cena: experiências, práticas e campos de análise. *Simbiótica*, v. 7, n. 3, p. 1-7, 2020.

GOHN, Maria. *Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis - como impactam e por que importam?* Petrópolis: Vozes, 2022.

GÓMEZ, Nicolás *et al.* Economía solidaria en tiempos de pandemia. Dos casos de colectivos en la construcción de un régimen de vitalidad. *GIZAEOA – Revista Vasca de Economía Social*, n. 20, p. 133-166, 2023a.

GÓMEZ, Nicolás *et al.* Cooperación estratégica para un régimen de vitalidad frente al COVID en las regiones de Atacama, Valparaíso y Metropolitana de Santiago. *Revista CUHSO*, v. 33, n. 1, p. 328-373, 2023b.

HENNING, Clarissa. *Ética e worknet: a conduta de si e o trabalho de rede na longevidade do Nonada – Jornalismo Travessia*. Tese de Doutorado em Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

HUENS, Véronique. Médias alternatifs : source d'inspiration pour la presse ? Charleroi, *SAW-B – Solidarité des Alternatives Wallonnes et Bruxelloises*, 2016.

JOLY, Danièle; WADIA, Khursheed. L'activisme des femmes issues de communautés musulmanes en France et en Grande-Bretagne. *Socio – La nouvelle revue des sciences sociales*, n. 11, p. 25-55, 2018.

LABORDA, Valeria. *Del anonimato a la empatía. Configuraciones significativas que circulan en los mercados solidarios de la Ciudad de Buenos Aires*. Dissertação de Mestrado em Metodologia de Investigação Social. Universidad Nacional de Tres de Febrero, Buenos Aires, 2020.

LALLEMENT, Michel. *L'âge du faire : hacking, travail, anarchie*. Paris : Seuil, 2015.

LEECKWYCK, Robin van. The printed (French-speaking) alternative media in Belgium: journalism or activism? *Journal of Alternative & Community Media*, v. 4, n. 2, p. 44-59, 2019.

LIMA, Stephanie. 'Coletivo', 'ativista' e 'horizontal': uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 1, p. 18-34, 2018.

MARQUES, Joana. Transformar o mundo pelo trabalho, pela estética e pela política: uma análise de coletivos teatrais como utopias reais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 124, p. 157-178, 2021.

MARQUES, Marcelo. *Interações socioestatais: mútua constituição entre os coletivos culturais e o Estado do Espírito Santo*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

MARQUES, Marcelo; MARX, Vanessa. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. *Simbiótica*, v. 7, n. 3, p. 8-32, 2020.

MARTINS, Milena. Coletivos quebrando o silêncio: mulheres feministas e evangélicas na luta contra a violência de gênero e em favor à legalização do aborto. *Simbiótica*, v. 7, n. 3, p. 252-278, 2020.

MEDEIROS, Lucas. *Critical Art Ensemble. A máquina de guerra e os arsenais antropotécnicos da revolta*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

MELO, Iara. Identidade e sujeito: os coletivos no Nordeste - discutindo as diferenças. *Simbiótica*, v. 8, n. 2, p. 115-140, 2021.

MONTICELLI, Lara (ed.). *The future is now: an Introduction to prefigurative politics*. Bristol: Bristol University Press, 2022.

NABHAN, Natália. *Dois mares que se juntam e a comunidade que aflora: meio ambiente e identidade caiçara na comunidade da Nova Enseada – Parque Estadual da Ilha do Cardoso - SP*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2021.

NANO HANA PROJECT NETWORK. *An overview of the Nanohana Project*. Shiga (folheto avulso), 2013. Disponível em: <https://greenaccess.law.osaka-u.ac.jp>.

OLVERA, Ana. *Las cadenas alternativas de suministro de productos agrícolas en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires: la perspectiva de una comercializadora solidaria*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Cooperação Internacional. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, 2021.

PEREZ, Olívia; SILVA FILHO, Alberto. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil". *Latitude*, v. 11, n. 1, p. 255-294, 2017.

PIANI, Lucia et al. *Dalla farina a la comunità: una filiera di economia solidale nel Medio Friuli*. Udine: Forum, 2019.

PLEYERS, Geoffrey. *Alter-globalization: becoming actors in the global age*. Malden: Polity Press, 2010.

PLEYERS, Geoffrey. La dimension collective de la consommation critique. In : LAVILLE, Jean-Louis et al. (orgs.). *Mouvements sociaux et économie solidaire*. Paris : Desclée de Brouwer, p. 253-270, 2017.

PLEYERS, Geoffrey. *Movimientos sociales en el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas*. Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvnpokds>.

RECK, Yasmim. Mulheres e cicloentregas: um estudo de caso sobre o coletivo Señoritas Courier. In: CALLIL, Victor; CONSTANÇO, Daniela (orgs.). *Desafio: estudo de mobilidade por bicicleta 5*. São Paulo: Cebrap, p. 129-156, 2022.

SALVAGNI, Julice; SILVA, Victória; VERONESE, Marília. Desafios e perspectivas do cooperativismo de plataforma na economia digital. *Otra Economía*, v. 16, n. 29, p. 94-106, 2023.

SANTOS, Breno. O 'novo' em velhas práticas: uma análise sobre a noção de 'novíssimos' movimentos sociais e coletivos. *Simbiótica* v. 9, n. 1, p. 20-37, 2022.

SCAPINI, Gabriela. Políticas de resistência feminista: evangélicas em luta por direitos. *Revista Discente Ofícios de Clio*, v. 6, n. 11, p. 87-105, 2021.

SILVA, Thais. *Organizações alternativas: uma análise organizacional de uma cooperativa de mídia social*. Trabalho de Conclusão em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOUZA, Alana. Contato e improvisação. O que pode querer dizer autonomia. *Cadernos IHU Ideias*, v. 16, n. 268. São Leopoldo: Instituto Humanas Unisinos, 2018.

THIBES, Mariana *et al.* Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. *Simbiótica*, v. 7, n. 3, p. 49-73, 2020.

TRINDADE, Luana. *Fortalecendo os fios: a emergência de coletivos de estudantes negros e negras em universidades da região Sudeste*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

VÉLEZ, Julio. Teatro documento y denuncia social en tiempos de crisis: Alberto San Juan y El Teatro del Barrio. *Acotaciones*, n. 37, p. 51-68, 2016.

YAMAOKA, Juliana *et al.* A comunidade tradicional da enseada da baleia e a sua luta pelo território. *Guaju*, v. 5, n. 1, p. 138-165, 2019.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2007.

Dados de autoria

Luiz Inácio Gaiger

Mestre e doutor em Sociologia pela Université Catholique de Louvain (1986, 1991), com pós-doutorado na Bélgica e no Canadá. É professor aposentado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na qual atuou como docente desde 1986, principalmente no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, a partir de 1999. Entre 2021 e 2024, esteve vinculado à mesma Universidade como Colaborador Voluntário de Pesquisa. Integra o Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa, EcoSol. Com José Luis Coraggio, é diretor da Revista *Otra Economía*. Suas principais área de docência compreendem teoria geral e metodologia e teoria da ação coletiva. Tem realizado pesquisas sobre alternativas sociais, movimentos populares, economia solidária, empresas sociais, trabalho e desigualdades. E-mail: [r luiz.gaiger@gmail.com](mailto:luiz.gaiger@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0241-7064>.